

Governança arquivística no âmbito de organizações públicas e privadas no Brasil: perspectivas e limitações

A práxis da “governança arquivística” ainda se revela embrionária na literatura da área de Arquivologia. Isso nos motivou a propositura de uma seção especial sobre o tema aos editores da **Revista Ágora - Arquivologia em debate**. Começamos, então, agradecendo aos professores Aline Carmes Krüger, Cezar Karpinski e Sonali Paula Molin Bedin pelo acolhimento da proposta e pelas orientações para viabilizar a construção desta seção, em conformidade com as normas editoriais.

A expectativa é contribuir para o fortalecimento do sistema nacional de arquivos, inserindo-o em um campo organizacional estratégico para proporcionar a efetividade do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), na medida em que são discutidas as questões relacionadas à governança arquivística.

Nesse contexto, os objetivos desta publicação coadunam com os do II Seminário Nacional de Governança Arquivística - II SNGA Brasil 2020¹, a saber: promover o diálogo sobre governança informacional e arquivística, associando-a aos aspectos gerenciais da macroarquivologia e microarquivologia; articular a qualificação técnica-científica voltada às questões dos serviços, sistemas e redes de arquivos públicos e privados; promover o fortalecimento dos sistemas e redes de arquivos, inserindo-os em um campo organizacional estratégico para a efetividade das Políticas de Informação e Arquivos no Brasil; apoiar a divulgação da produção técnico-científica no Brasil, incentivando a inovação e a geração de conhecimentos, de parcerias e de produtos no âmbito da Arquivologia; fortalecer a cooperação técnico-científico-acadêmica entre os programas de pós-graduação, cursos de graduação e agentes públicos e privados; incentivar a integração entre docentes, pesquisadores, discentes de pós-graduação e graduação, profissionais, gestores e interessados na temática da governança informacional.

Os seis artigos selecionados para esta seção especial advêm das comunicações técnico-científicas apresentadas no II SNGA Brasil 2020². O seminário foi organizado pelo Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio da Fundação Pedro Calmon (FPC)³, por meio do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)⁴ e da Editora da UFBA

¹ <https://www.even3.com.br/govarq2020/>

² A segunda edição do SNGA é extensão do primeiro SNGA, realizado no dia 30 de outubro de 2019, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

³ <http://www.fpc.ba.gov.br/>

⁴ <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66>

(EDUFBA)⁵, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2020. O formato desta segunda edição do evento foi virtual⁶ em atendimento às orientações das autoridades de saúde para adoção de medidas preventivas de combate à Covid-19.

O II SNGA Brasil 2020 contempla, também, um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado “Informação, Documentos, Arquivos e Repositórios em Saúde: Mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos Sistemas de Saúde”. A pesquisa mencionada foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷ e um dos resultados revelados aponta a fragilidade da gestão e da governança dos arquivos em saúde no Brasil.

Nessa perspectiva, o II SNGA Brasil 2020 advém de uma ação articulada com os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)⁸ e o Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC)⁹, o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervo (PPGMA)¹⁰ da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC)¹¹.

O II SNGA Brasil 2020 contou, ainda, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹² para incrementar a qualificação técnica-científica voltada às questões dos serviços, sistemas e redes de arquivos públicos e privados. Sabemos que os arquivos são compreendidos como repositórios, bancos de dados e mecanismos de transferência de informação, subsidiam a aprendizagem organizacional e a inovação gerencial, configurando-se como tecnologias^{13, 14 e 15}. Nessas tecnologias são e estão registradas as práticas cotidianas dos agentes do Estado e da Sociedade. O II SNGA favoreceu a aproximação desses agentes com as tecnologias

⁵ <http://www.edufba.ufba.br/>

⁶ <https://www.even3.com.br/govarq2020/>

⁷ Projeto de pesquisa financiado pela CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016 e pelo EDITAL PROPCI/PROPG – UFBA 004/2016 PROGRAMA DE APOIO A JOVENS PROFESSORES DOUTORES PROPESQ.

⁸ <https://ppgci.ufba.br/>

⁹ <http://www.difusao.dmmdc.ufba.br/>

¹⁰ <http://www.casaruibarbosa.gov.br/mestrado/>

¹¹ <http://www.senaicimatec.com.br/>

¹² O II SNGA Brasil 2020, foi contemplado com o apoio do EDITAL Nº 25/2019 - PROPOSTAS DE EVENTOS CIENTÍFICOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS NO PAÍS – PAEP – CAPES.

¹³ CUNHA, F. J. A. P. Gestão de documentos, aprendizagem e Inovação organizacional em hospitais. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 29-42, jul./dez., 2014.

¹⁴ LIMA, G. L. de Q.; Amaral, L. A. F. de O.; Matos, M. T. N. de B.; Pereira, H. B. de B.; Cunha, F. J. A. P. A importância das espécies e tipologias documentais para a mediação dos procedimentos assistenciais e administrativos nos organismos produtores de serviços de atenção à saúde. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais**, Fortaleza, v. 3, número especial, p.4-17, nov. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/resdite/article/view/39697>. Acesso em: 24 fev. 2019.

¹⁵ MEIRELES, R. F.; CUNHA, F. J. A. P. Autenticidade e preservação de Registros Eletrônicos em Saúde: proposta de modelagem da cadeia de custódia das informações orgânicas do Sistema Único de Saúde. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2020 jul.-set.;14(3):580-96.

disponíveis nos arquivos, onde suas memórias são acumuladas e fundamentam as tomadas de decisões organizacionais e pessoais.

Essas tecnologias estão associadas a processos e políticas de informação e, conseqüentemente, de uma governança informacional¹⁶. Salienta-se que a governança arquivística está integrada à informacional configurando-se dependente de políticas públicas, institucionais e/ou organizacionais para a efetividade de uma Gestão Arquivística de Documentos (GAD). Assim, espera-se que esta seção especial promova uma reflexão junto aos leitores sobre os *habitus*¹⁷ da colaboração e da confiança (*i.e.* de dois elementos prioritários para estabelecer um sistema de governança) e do uso das tecnologias avançadas de produção, circulação e acesso às informações orgânicas (*i.e.* laborais e pessoais). Essas informações são acumuladas nos arquivos e, quando esses são acessados, favorecem a aprendizagem e a inovação no âmbito das organizações públicas e privadas^{18, 19 e 20}.

Os artigos desta seção especial visam provocar, ainda, discussões e diálogos entre os leitores deste periódico sobre as perspectivas e as limitações da adoção e assimilação do *habitus*²¹ da governança entre os agentes e as organizações públicas e privadas, respectivamente. Os artigos encontram-se reunidos em dois grupos temáticos técnico-científicos: grupo 1 - Governança informacional no âmbito das organizações públicas; grupo 2 - Governança informacional no âmbito das organizações privadas.

Os trabalhos do grupo 1 contemplam a governança informacional arquivística e pressupõem que os arquivos públicos devem estar vivamente inseridos no seu tempo e lugar, mantendo uma interlocução qualificada com diversos atores e agências no âmbito do Estado e da sociedade, cujas ações perpassam direta ou indiretamente as políticas e práticas das instituições e dos serviços arquivísticos, em uma perspectiva nacional, estadual e municipal. Duas referências se revelam fundamentais para delinear uma *práxis* de governança arquivística: a macroarquivística e a microarquivística²². Fato que vem estimulando a realização de pesquisas descritivas e analíticas, com vistas a conferir maior

¹⁶ ANDRADE, M. E. A.; RIBEIRO, C. A. **Governança informacional e políticas públicas de informação: pressupostos teóricos e inter-relações**. <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/283> acesso em 13 de janeiro de 2021.

¹⁷ BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁸ CUNHA, FJAP. O *complexus* do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde. In: Cunha FJAP, Lázaro CP, Pereira HBB, organizadores. **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2014. p. 221-236.

¹⁹ Cunha, FJAP; Lima, GLQ; OLIVEIRA, LAF. Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde. In: **Anais da 4ª Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**, 4. 2015 ago 3-6. João Pessoa: UFPB; 2015.

²⁰ LIMA, G.L.Q. **As formações discursivas da gestão arquivística e a difusão do conhecimento nos OPSAS**: uma análise a partir das práticas de tratamento e organização das informações orgânicas em saúde [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2018 [citado em 2020 mar]. 189 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28764>.

²¹ BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

²² JARDIM, J. M. Governança Arquivística contornos para uma noção. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018.

densidade teórica e conhecimento de “boas práticas” no cenário arquivístico brasileiro.

No primeiro artigo do grupo 1 desta seção especial, Ana Paula dos Santos Ramos, trata sobre a gestão dos processos administrativos de Recursos Humanos (RH) e sinaliza a necessidade de uma governança arquivística na esfera pública municipal. A autora realiza um estudo sobre contexto de produção, uso e tramitação da tipologia documental em processos administrativos de RH da Prefeitura Municipal de Camaçari-BA. Os resultados evidenciam que “a falta de gestão das informações e dos documentos arquivísticos públicos geram prejuízos econômicos, administrativos e fiscais para os servidores e prefeitura”. A autora sugere a premência de alterar este cenário a partir da assimilação da governança arquivística entre as instituições dos arquivos municipais e, assim, tornarem-se protagonistas no monitoramento das ações sociais e governamentais.

O segundo texto, de autoria de Adriana Sousa Silva e Ricardo Coutinho, aborda as políticas públicas arquivísticas com ênfase na gestão de documentos e o direito de acesso à informação no poder executivo do Estado da Bahia. Os autores enfatizam que “o acúmulo desordenado dos documentos provenientes do exercício das atividades dos órgãos públicos pode dificultar o funcionamento das atividades administrativas, cercear o direito de acesso à informação e impedir o exercício pleno da cidadania”. Defendem as políticas públicas arquivísticas para garantir a qualidade da gestão de documentos; caracterizam a investigação como um “estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, com base em revisão da literatura e observação direta não participante”. Destacam que o “Estado da Bahia regulamentou dispositivos referentes à gestão de documentos e realizou importantes ações”. Finalizam o manuscrito sugerindo que “para a efetiva implantação de políticas públicas arquivísticas é necessário ações permanentes e comprometimento de todos os servidores quanto aos procedimentos regulamentados e recomendados”.

Os “arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivo público brasileiro” é o terceiro artigo desse grupo, de autoria de Ana Beatriz Colombo e Sonia Maria Troitiño Rodriguez. As autoras pontuam que “as atuais demandas de pesquisa levaram os arquivos a repensarem suas linhas de atuação e o próprio conceito de documento de “interesse público”; questionam se as aquisições de acervos privados pelas instituições arquivísticas são de interesse público e defendem métodos e critérios para avaliarem os conjuntos documentais a serem incorporados e custodiados. Assim, é apresentado um levantamento sobre “métodos e critérios utilizados pelos arquivos públicos dos estados do sudeste brasileiro para avaliação e aquisição de acervos”. Configura-se como um estudo de caso múltiplo dividido em três etapas. Os resultados demonstram que “nenhum arquivo estadual do sudeste brasileiro apresenta políticas de aquisição de acervos privados”.

Os trabalhos do grupo 2 - Governança informacional no âmbito das organizações privadas abordam os aspectos relacionados à governança informacional nas organizações privadas e admitem um conjunto de ações transversais ao contexto arquivístico, extensões que potencializam a gestão, desenvolvendo a capacidade dialógica com atores de diversos setores da sociedade, governamentais ou não governamentais. Da aplicação de uma solução de governança decorrem a ampliação da função social e coletiva do arquivo privado no âmbito da macroarquivística, e a inovação de processos²³ técnicos e científicos próprios do fazer arquivístico, face ao desafio da integração e apropriação dos processos que ultrapassam os limites convencionais da gestão arquivística. Sem dúvida, a superação dos limites tradicionais de gestão demanda análises aprofundadas de experiências no Brasil.

Alexandre de Souza Costa realiza um estudo exploratório sobre a série de normas ISO 30300 como instrumento de governança informacional em organizações privadas. Apresenta uma análise das “normas da série 30300 como referencial teórico-metodológico-prático para a governança de serviços arquivísticos em uma perspectiva da macroarquivologia em organizações privadas”; presume que são poucas as abordagens que contemplam as especificidades arquivísticas das organizações privadas. As conclusões refletem que o arcabouço das normas da série 30300 contribui para a efetividade da atuação dos arquivistas como gestores da informação arquivística e promove soluções de governança em organizações privadas. Por fim, é enfatizada “a perspectiva transversal das normas da série 30300 e que ultrapassa as fronteiras do campo arquivístico para cumprir com os procedimentos de governança em organizações privadas”.

Pollianna Marys de Souza e Silva e Levi Cadmiel Amaral da Costa são os autores do manuscrito intitulado “o Dataverse e suas contribuições para a comunicação científica”. Advogam que “os Repositórios de Dados (RD) garantem os princípios de transparência e oferecem um sistema de armazenamento seguro”. A pesquisa tem como objetivo “apresentar as contribuições proporcionadas pela utilização do RD Dataverse para promover eficiência na comunicação científica”; é qualitativa, descritiva e bibliográfica; e, identifica as “relações entre o conteúdo bibliográfico sobre comunicação científica, dados e repositórios de dados e conteúdos informativos sobre o RD Dataverse contidos nos sites The Dataverse Project e Harvard Dataverse”. Os resultados apontam as funcionalidades do Dataverse e os aspectos que beneficiam a comunicação científica.

O artigo, de Maria Fabiana Izídio de Almeida, Camila de Biaggi e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, reflete sobre as contribuições da identificação dos fluxos

²³ BESSANT, J. TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

informacionais para a gestão do conhecimento. As autoras defendem a importância da compreensão do “universo organizacional para gerir as informações e captar o conhecimento, gerando novos conhecimentos e informações pertinentes às organizações”; questionam quais são as contribuições que a identificação dos fluxos informacionais proporciona à gestão do conhecimento; e, assim, elencam as contribuições da identificação dos fluxos informacionais. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e nas conclusões pondera-se a relevância do registro do processo e do desenho do fluxo informacional para a gestão de conhecimento (*i.e.* capturar e registrar o conhecimento implícito tornando-o explícito).

Por fim, esta publicação busca contribuir para otimizar a assimilação entre os sujeitos e as organizações públicas e privadas, respectivamente, de tecnologias avançadas de produção, de circulação e de acesso a informações orgânicas²⁴ (*e.g.* da GAD) dependentes de uma governança arquivística. Ademais, a recomendação de ações estruturantes para o uso de mecanismos de transferência de informações, a exemplo dos serviços/sistemas/redes de arquivos, se coaduna com uma das atribuições da União, reguladas por meio da *Lei de Arquivos n.º 8.159*, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

A efetividade da gestão dos arquivos representa um desafio para a(o)s cidadã(o)s, arquivistas, demais profissionais, pesquisadora(e)s, financiadora(e)s, usuária(o)s, organizações privadas e autoridades governamentais (*i.e.* municipais, estaduais e federais). As informações orgânicas consistentes e autênticas são dependentes de uma GAD implementada de forma estratégica; de qualificação técnica-profissional; e, da efetiva disposição dos gestores em implementar políticas de informação (*e.g.* de Arquivos) articuladas com os princípios norteadores de uma governança informacional.

O *habitus* de uma governança informacional e, conseqüentemente, arquivística é estratégico para a geração de conhecimento e da inovação nos sistemas e redes de arquivos organizacionais públicos e privados. Este *habitus* potencializa a proteção da memória das séries históricas de informações e de documentos que registram a trajetória de conquistas civilizatórias, bem como dos dramas e retrocessos vivenciados pela sociedade brasileira e que compõem a história do país.

Desejamos uma boa leitura a todas e todos!

²⁴ CUNHA, F. J. A. P.; RIBEIRO, N. M.; PEREIRA, H. B. de. Records management: a basis for organizational learning and innovation. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 25, n.2, maio/ago. p. 159-165, 2013.

NOTAS DE AUTORIA

Francisco José Aragão Pedroza Cunha	Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Ciência da Informação, Departamento de Documentação e Informação, Salvador, BA, Brasil. franciscopetroza@ufba.br ORCID https://orcid.org/0000-0003-2770-7818 Link Currículo Lattes - http://lattes.cnpq.br/3549702267586529 .
Maria Teresa Navarro de Britto Matos	Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Ciência da Informação, Departamento de Fundamento e Processos Informacionais, Salvador, BA, Brasil. teresamb.matos@gmail.com ORCID https://orcid.org/0000-0002-4847-7276 Link Currículo Lattes - http://lattes.cnpq.br/4621922798377797 .
Gillian Leandro de Queiroga Lima	Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Ciência da Informação, Departamento de Fundamento e Processos Informacionais, Salvador, BA, Brasil. gillianqueiroga@ufba.br ORCID https://orcid.org/0000-0003-4736-893X Link Currículo Lattes - http://lattes.cnpq.br/5842800916317000 .



Licença de Atribuição BY do Creative Commons <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>